Decreto n.º 4:173

Tendo sido criada, pelo decreto n.º 4:112, de 13 de Abril de 1918, uma freguesia na cidade de Lisboa, com a denominação de Penha de França:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para os efeitos judiciais, a nova freguesia de Penha de França, na cidade de Lisboa, fica pertencendo à 1.ª vara cível, à 1.ª vara comercial, e ao 3.º juízo de investigação criminal e 2.º distrito criminal.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Justiça e dos Cultos o faça publicar. Paços do Governo da República, 26 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais—Henrique Forbes de Bessa—Martinho Nobre de Melo—Francisco Xavier Esteves—José Carlos da Maia—Manuel José Pinto Osório—João Tamagnini de Sousa Barbosa—José Alfredo Mendes de Magalhães—José Feliciano da Costa Júnior—Eduardo Fernandes de Oliveira—António Maria de Azevedo Machado Santos.*

Decreto n.º 4:174

Considerando que a disposição do § único do artigo 1.º do decreto de 31 de Outubro de 1910 tem dado lugar nos tribunais a dúvidas sobre a interpretação dos artigos 1235.º e 1237.º do Código Civil, que fixam a parte dos bens que o cônjuge binubo com filhos do anterior matrimónio pode comunicar ou de que pode dispor em benefício do seu cônjuge;

Considerando que o artigo 20.º, § 2.º, do decreto de 3 de Novembro de 1910, remetendo para as disposições dos artigos 675.º e 683.º do Código do Processo Civil, no caso de arrolamento de bens como preparatório ou seqüência da acção de divórcio, priva o cônjuge marido da posse dos bens arrolados, inclusive dos seus próprios e dos de seu uso, durante todo o tempo que medeia do arrolamento ou imposição de selos ao início do inventário;

Considerando que a falta de uma disposição legal que obste a que o cônjuge vencedor na acção de divórcio retire para país estrangeiro os filhos menores que lhe são confiados pode tornar-se de nulo efeito o direito de o cônjuge vencido visitar seus filhos e ser por estes visitado;

Considerando que já o dissolvido Parlamento, em sessão da Câmara dos Deputados de 25 de Abril do ano transacto, concedeu urgência à alteração do n.º 1.º do artigo 4.º da lei n.º 1 de 25 de Dezembro de 1910, admitindo com esse character o projecto n.º 664-D, e que a comissão de legislação civil foi no seu parecer n.º 867 favorável a este, independentemente da questão de forma, e concordando com as razões justificativas do mesmo parecer;

Considerando ainda que o impedimento absoluto de casamento de menores de dezóito e dezasseis anos, a despeito do consentimento dos seus pais, reveste, em casos de gravidade excepcional, como o de violação, um prejuizo irreparável e uma ofensa à moral pública;

Considerando que a disposição do artigo 40.º do decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910 tem dado lugar nos tribunais a dúvidas sobre a interpretação do mesmo artigo quanto a ser ou não necessária a comparência dos cônjuges perante o juiz a fim de declararem se mantêm ou não a determinação anterior;

Considerando ainda o fim supremo que o legislador teve em vista de salvaguardar, por meio do dote, os sagrados interesses dos filhos e da mulher, estabelecendo as disposições dos artigos 1134.º e seguintes do Código Civil, mas;

Considerando que o artigo 26.º do decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910 veio destruir por completo aquele fim que o regime dotal tinha em vista, produzindo um profundo desequilíbrio que a boa razão e sã justiça não comportam:

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São declarados em pleno vigor os artigos 1235.º e 1237.º do Código Civil, devendo acrescentar-se no final do § único do artigo 1.º do decreto de 31 de Outubro de 1910 as palavras: «e sem prejuizo do disposto nos artigos 1236.º e 1237.º do Código Civil».

§ único. Fora destes casos e do disposto no corpo do artigo 1814.º do Código Civil, que fica mantido, o testador pode livremente dispor de metade dos seus bens, quando por virtude da legislação em vigor lhe não seja permitido dispor de maior parte ou da totalidade deles.

Art. 2.º No caso de arrolamento de bens a que se refere o artigo 20.º, § 2.º, do decreto de 3 de Novembro de 1910 terá preferência para ser depositário deles o marido, prestando caução idónea.

Art. 3.º No caso de anulação ou dissolução de matrimónio por divórcio, o cônjuge a que hajam sido confiados os filhos menores não poderá retirar estes do país, sem assentimento do outro, a todo o tempo revogável.

§ único. A falta de assentimento poderá ser suprida pelo juiz da causa, nos termos do artigo 6.º da lei n.º 1 de 25 de Dezembro de 1910.

Art. 4.º Quando, por falecimento do cônjuge binubo, o outro cônjuge haja contraído novas núpcias, cessa a afinidade entre este e os descendentes do primeiro matrimónio do cônjuge falecido.

Art. 5.º Os indivíduos a que se refere o n.º 3.º do artigo 4.º da lei n.º 1 de 25 de Dezembro de 1910 poderão contrair casamento, mediante dispensa que o Governo concederá, ocorrendo graves motivos de moralidade.

§ único. A concessão de dispensa far-se há nos termos do artigo 183.º do Código do Registo Civil.

Art. 6.º No caso do artigo 40.º do decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910, para que o divórcio seja convertido em definitivo é necessária que os cônjuges compareçam perante o juiz e ambos mantenham a determinação anterior de se divorciarem.

Art. 7.º O dote constituído em favor da mulher, nos termos do artigo 1134.º e seguintes do Código Civil, subsiste ainda nos casos de dissolução do casamento por morte do marido, ou por divórcio, se houver filhos do matrimónio dissolvido; o subsistirá por espaço de um ano, a contar da data do trânsito em julgado da sentença que julgar o divórcio definitivo, se não houver filhos, ficando assim modificado o artigo 26.º do decreto com força de lei, de 3 de Novembro de 1910.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais—Henrique Forbes de Bessa—Martinho Nobre de Melo—Francisco Xavier Esteves—José Carlos da Maia—Manuel José Pinto Osório—João Tamagnini de Sousa Barbosa—José Alfredo Mendes de Magalhães—José Feliciano da Costa Júnior—Eduardo Fernandes de Oliveira—António Maria de Azevedo Machado Santos.*